

CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

OFÍCIO N.º : : : : : /960.....(L e i n.º 562).....

A Câmara Municipal de Jacareí, decreta e Em

promulga a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica a Prefeitura Municipal de Jacareí autorizada a alienar ao Instituto de Previdência do Estado de São Paulo, para desação, o imóvel lote abaixo descrito, situado nesta cidade, para, nos termos de decreto estadual nº 12.762, de 18 de Junho de 1942, modificado pelo decreto nº 27.367, de 4 de Janeiro de 1957, nêle se construir prédio para o funcionamento da Fazenda desta Comarca, situado na Praça Santos Dumont, dela destacada e revertida da classe de bens de uso comum para a de bens patrimoniais pela lei municipal nº 561 de 11 de agosto de 1960, a saber:

"Uma área de terreno com hum mil duzentos e vinte e cinco metros quadrados, constituída por um quadrado com trinta e cinco metros de lado, tendo um dos lados paralelo à rua 15 de Novembro, de cuja esquina fio mais próximo dista trinta metros e entre lado paralelo à rua Capitão José José da Maceira, de cuja esquina fio mais próximo dista quarenta e cinco metros, confrontando-se pelas quatro lados com a Praça Santos Dumont";

Art. 2º) Na escritura de desação, a ser lavrada após a apresentação pela Prefeitura Municipal de toda a documentação exigida pelo Instituto de Previdência, constará cláusula expressa pelo qual o Secretário não poderá, pelo prazo de 5 (cinco) anos, dar ao imóvel destinação diversa da prevista nesta lei.

9º Único: - "Na referida escritura constará ainda, cláusula onde a Prefeitura Municipal responderá pela evicção do imóvel desde, criando-se a desapropriação e cedendo movimento ao Instituto de Previdência do Estado se ele, a qualquer título, for reivindicado por terceiros ou anulada a primeira desação, tudo sem ônus para aquela Autarquia.

Art. 3º) A desação é irrevogável, exceptuada a hipótese a que alude o artigo 2º, parte final, desta lei.

Art. 4º) Após realizada a desação de que trata esta lei, a Prefeitura Municipal assinará contrato de empreitada com o Instituto de Previdência do Estado para construção de prédio referido no artigo 1º, a ser executado pelo seu Departamento de Obras, por conta do referido Instituto, na terreno cuja desação era se autoriza.

continua

CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ



ESTADO DE SÃO PAULO

OFÍCIO N° :/960

§ único. - poderá a Prefeitura Municipal transferir o contrato à firma de sua escolha, registrada no Instituto de Previdência do Estado e previamente julgada capacitada por ele a desempenhar o encargo, profissional e financeiramente, em fangão de vulto da obra.

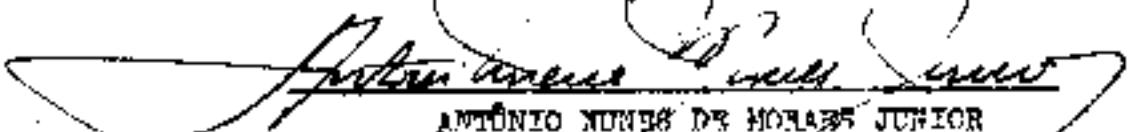
Art. 5º) A construção do prédio de que trata o artigo 1º. deverá iniciar-se dentro de prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da lavratura da escritura de doação, ficando, porém, na disponibilidade dos recursos orçamentários, destinados para esse fim no Instituto de Previdência, e obedecerá padrões, projetos, orçamentos, especificações, cláusulas, planos e condições contratuais a que se refere o Decreto nº 27.167 de 4 de janeiro de 1957 supra citado.

Art. 6º) A despesa com a execução da presente lei correrá por conta da verba própria consignada no orçamento.

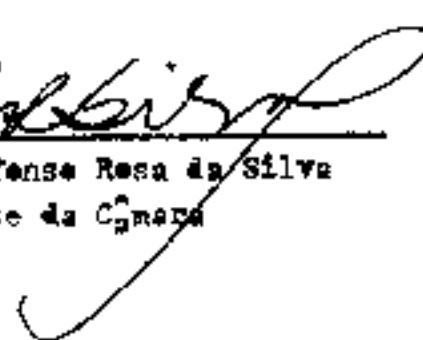
Art. 7º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º) Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ, 16 de Agosto de 1960


ANTÔNIO NUNES DE MORAES JÚNIOR
Prefeito Municipal

Vista _____


Vereador Afonso Rosa da Silva
Presidente da Câmara